

# RELATÓRIO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018

[www.cbj.com.br](http://www.cbj.com.br)





**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**CBJ**  
**Relatório do Auditor Independente sobre as**  
**Demonstrações Contábeis**  
**de 31 de dezembro de 2018**



## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2018

### Índice

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.....	4/6
<u>Demonstrações Contábeis</u>	
Balanco Patrimonial.....	7/8
Demonstração do Resultado.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração do Fluxo de Caixa .....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 31/12/2018.....	12/16

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**  
**Administradores da**  
**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
Rio de Janeiro / RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Judô (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Judô em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 aprovada pela Resolução CFC 1.409/12).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Confederação Brasileira de Judô é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Outros assuntos**

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 aprovada pela Resolução CFC 1.409/12) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

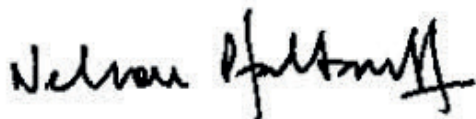
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2019

**ADVANCE Auditores Independentes SS**

*CRC/RJ 007.276/O-0*

*Registro CVM 1266*



**Nelson Fernando Marques Pfaltzgraff**

*Contador CRC/RJ 028.998/O*

*Registro CNAI 209*

*Sócio Responsável*

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
**(Expresso em R\$)**

<b>ATIVO</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		<b><u>22.470.038,68</u></b>	<b><u>18.952.959,57</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa	(nota 4)	6.512.982,46	5.059.390,99
Contas a Receber - Patrocinadores	(nota 5)	8.835.330,94	8.135.330,94
Contas a Receber - Lei de Incentivo	(nota 5)	5.518.033,13	5.712.894,55
Contas a Receber – Convênios	(nota 5)	1.525.000,00	-
Adiantamentos diversos		68.131,83	37.802,15
Impostos a Recuperar		7.336,82	-
Depósito Judicial		1.835,88	1.835,88
Despesas de Exercício Futuro		1.387,62	5.705,06
<b>Não Circulante</b>		<b><u>16.798.289,19</u></b>	<b><u>30.097.831,19</u></b>
Cauções Imobiliárias		165.416,59	165.416,59
Contas a receber – Patrocinadores	(nota 5)	12.150.000,00	10.300.000,00
Contas a receber – Lei Incentivo	(nota 5)	-	14.000.000,00
Investimentos		1.000,00	1.000,00
Imobilizado líquido	(nota 6)	4.412.557,08	5.511.028,87
Intangível líquido	(nota 7)	69.315,52	120.385,73
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>39.268.327,87</u></b>	<b><u>49.050.790,76</u></b>
<b>Contas de Compensação</b>	(nota 16)	<b><u>2.597.524,17</u></b>	<b><u>2.501.412,55</u></b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
**(Expresso em R\$)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		<b><u>21.813.962,87</u></b>	<b><u>18.215.775,57</u></b>
Contas a Pagar		-	1.800,00
Encargos sociais a recolher	(nota 8)	140.359,66	117.093,85
Tributos a recolher	(nota 8)	2.760,93	3.487,69
Obrigações c/ pessoal	(nota 8)	499.265,74	394.895,67
Contas a pagar – LAP	(nota 9)	807.345,63	212.175,52
Receita Futura – Patrocinadores	(nota 10)	12.881.418,55	10.528.939,30
Convênios a Pagar	(nota 11)	1.503.487,27	6.953.738,77
Lei de Incentivo	(nota 11)	5.591.229,32	-
Outras Contas a Pagar		388.095,77	3.644,77
<b>Não Circulante</b>		<b><u>12.814.699,18</u></b>	<b><u>25.048.605,99</u></b>
Receita Futura com Patrocinadores	(nota 5)	12.150.000,00	10.300.000,00
Incentivo a Pagar	(nota 5)	-	14.000.000,00
Receita Futura Bens Imobilizados		664.699,18	748.605,99
<b>Total do Passivo</b>		<b><u>34.628.662,05</u></b>	<b><u>43.264.381,56</u></b>
<b>Patrimônio Social</b>		<b><u>4.639.665,82</u></b>	<b><u>5.786.409,20</u></b>
Patrimônio social		85.543,81	85.543,81
Resultado acumulado		5.700.865,39	7.036.500,76
(Déficit) / Superávit do exercício		(1.146.743,38)	(1.335.635,37)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Social</b>		<b><u>39.268.327,87</u></b>	<b><u>49.050.790,76</u></b>
<b>Contas de Compensação</b>	(nota 16)	<b><u>2.597.524,17</u></b>	<b><u>2.501.412,55</u></b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis



**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
**(Expresso em R\$)**

<b>Receitas operacionais</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receitas da Lei Piva	6.372.067,86	5.475.783,79
Receitas de Patrocinadores	5.205.308,84	9.290.016,21
Lei de Incentivo	5.130.713,43	8.872.759,95
Convênios	1.092.608,41	1.204.793,18
Outras Receitas	2.079.353,85	18.291,83
<b>Total das receitas operacionais</b>	<b><u>19.880.052,39</u></b>	<b><u>24.861.644,96</u></b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas com Pessoal	(4.900.941,98)	(3.971.122,33)
Despesas Administrativas	(16.076.058,86)	(23.813.048,35)
Despesas Financeiras	(50.902,57)	(92.538,73)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b><u>(21.027.903,41)</u></b>	<b><u>(27.876.709,41)</u></b>
<b>Total resultado operacional</b>	<b><u>(1.147.851,02)</u></b>	<b><u>(3.015.064,45)</u></b>
<b>Receita não operacional</b>		
Receitas Diversas / Receitas Financeiras	104.779,81	1.679.429,08
<b>Total receita não operacional</b>	<b><u>104.779,81</u></b>	<b><u>1.679.429,08</u></b>
<b>Despesa não operacional</b>		
Despesas Diversas	(103.672,17)	-
<b>Total despesa não operacional</b>	<b><u>(103.672,17)</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>(Déficit) / Superávit do exercício</b>	<b><u>(1.146.743,38)</u></b>	<b><u>(1.335.635,37)</u></b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
**(Expresso em R\$)**

<b>Histórico</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Resultado Acumulado</b>	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>85.543,81</b>	<b>7.719.297,57</b>	<b>(682.796,81)</b>	<b>7.122.044,57</b>
Incorporação ao Res. Acumulado		(682.796,81)	682.796,81	-
Resultado do exercício			(1.335.635,37)	(1.335.635,37)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>85.543,81</b>	<b>7.036.500,76</b>	<b>(1.335.635,37)</b>	<b>5.786.409,20</b>
Incorporação ao Res. Acumulado		(1.335.635,37)	1.335.635,37	-
Resultado do exercício			(1.146.743,38)	(1.146.743,38)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>85.543,81</b>	<b>5.700.865,39</b>	<b>(1.146.743,38)</b>	<b>4.639.665,82</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
**(Expresso em R\$)**

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
(Déficit) do exercício	(1.146.743,38)	(1.335.635,37)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades Geradas pelas atividades operacionais dos itens que não afetam o caixa</b>		
Depreciação	955.348,33	1.116.961,99
<b>Déficit Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de Giro</b>	<b>(191.395,05)</b>	<b>(218.673,38)</b>
<b>Variações no ativo (Aumento) Redução:</b>	<b>10.086.512,36</b>	<b>14.123.470,13</b>
em Ativo Circulante	-	145.360,36
em Outros Ativos	(33.349,06)	17.472,41
Convênios	(1.525.000,00)	(1.875.000,00)
Receita de Exercício Futuro	-	12.150.000,00
Créditos a Receber - Patrocinadores	(2.550.000,00)	1.223.531,91
Créditos a Receber - Lei de Incentivos	14.194.861,42	2.462.105,45
<b>Variações no passivo (Aumento) Redução:</b>	<b>(8.635.719,51)</b>	<b>(18.103.171,86)</b>
em Contas a Pagar	382.651,00	(218.583,93)
em Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	22.539,05	6.355,53
em Receita Exercício Futuro	4.202.479,25	(12.150.000,00)
em Obrigações com Pessoal	104.370,07	15.533,07
Obrigações Lei Agnelo Piva	595.170,11	(215.550,29)
Obrigações com Patrocinadores	-	(2.897.718,68)
Obrigações com Lei de Incentivos	(8.408.770,68)	(2.852.155,31)
Convênios a Pagar	(5.450.251,50)	164.793,77
Receita Futura Bens Imobilizado	(83.906,81)	44.153,98
<b>FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS</b>		
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>1.259.397,8</b>	<b>(4.198.375,11)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de ativo imobilizado	(4.999,00)	(151.465,46)
Baixas de ativo imobilizado	199.192,67	-
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.453.591,47</b>	<b>(4.349.840,57)</b>
<b>Saldo das disponibilidades no Início do Período</b>	<b>5.059.390,99</b>	<b>9.409.231,56</b>
<b>Saldo das disponibilidades no Fim do Período</b>	<b>6.512.982,46</b>	<b>5.059.390,99</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO</b>	<b>1.453.591,47</b>	<b>(4.349.840,57)</b>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31.12.2018**

**1. Contexto Operacional**

A Confederação Brasileira de Judô, designada pela sigla CBJ, sociedade civil de direito privado, de caráter exclusivamente desportivo, possui personalidade jurídica e patrimônios próprios, sendo constituída por todas as Filiadas, Entidades de Administração do Desporto da respectiva modalidade no âmbito territorial das Unidades da Federação, e goza de autonomia administrativa quanto à sua organização e funcionamento, conforme artigo 217 da Constituição Federal.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplam inclusive as modificações decorrentes das Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e na Lei nº 11.941/09.

Essas alterações tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*”.

As modificações introduzidas pela referida legislação, caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, os ajustes resultantes da adoção da nº Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, não tiveram impacto no resultado e no Superávit / (déficit) acumulados, assim como não tiveram efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com risco insignificante de mudança de valor.

**b. Aplicações financeiras**

Estão registradas ao custo, acrescidas dos juros incorridos até a data do balanço.

**c. Apuração do resultado, ativos e passivos**

O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os encargos e as variações monetárias a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Conta	Circulante	
	2018	2017
Caixa	4.486,83	1.992,88
Bancos conta movimento	2.973.583,59	396.036,30
Aplicações Financeiras	3.534.912,04	4.661.361,81
<b>Totais</b>	<b>6.512.982,46</b>	<b>5.059.390,99</b>

#### 5. Contas a Receber Patrocinadores e Lei de Incentivo

São representadas por valores de contratos de patrocínio e Lei de Incentivo ao esporte, cujas liberações das parcelas estão por ocorrer, conforme segue:

Patrocinador	Circulante	Não Circulante
Bradesco	6.608.862,85	9.150.000,00
Cielo.	2.226.468,09	3.000.000,00
<b>Totais</b>	<b>8.835.330,94</b>	<b>12.150.000,00</b>
Incentivo / Convênio	Circulante	Não Circulante
Bradesco	4.002.408,58	-
Cielo	1.515.624,55	-
P.M. Lauro de Freitas	1.525.000,00	-
<b>Totais</b>	<b>7.043.033,13</b>	-

#### 6. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido pela depreciação dos bens, que é calculada pelo método linear às taxas anuais e que consideram a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A composição do Imobilizado é a seguinte:

Imobilizado	Custo R\$	Depreciação R\$	Líquido 31/12/2018	Líquido 31/12/2017	Taxa Depreciação
Imóveis	44.361,00	(31.348,44)	13.012,56	14.787,00	4%
Móveis e Utensílios	1.968.672,50	(969.311,72)	999.360,78	1.183.114,25	10%
Máquinas e Equipamentos	73.848,62	(55.287,66)	18.560,96	22.834,62	20%
Instalações	472.048,17	(263.106,41)	208.941,76	246.123,02	10%
Equipamentos Técnicos	5.997.616,25	(3.614.757,22)	2.382.859,03	2.978.951,78	10%
Computadores e Periféricos	889.990,99	(858.745,19)	31.245,80	74.408,01	20%
Veículos	162.709,65	(162.709,65)	-	16.030,78	20%
Equipamentos Telecomunicação	103.245,50	(89.645,34)	13.600,16	27.360,60	10%
Equipamento Técnicos c/Terceiros	148.638,50	(68.361,65)	80.276,85	95.140,65	10%
Benefitorias Propriedade Terceiros	-	-	-	103.672,17	10%
Convênio MESP 813840/2014	742.990,00	(192.636,91)	550.353,09	624.652,05	10%
Patrocínio Bradesco	74.888,36	(16.941,62)	57.946,74	60.589,43	10%
Patrocínio Alpargatas	18.595,00	(3.719,04)	14.875,96	16.735,48	10%
Patrocínio Petrobrás	51.056,52	(9.533,13)	41.523,39	46.629,03	10%
<b>Totais</b>	<b>10.748.661,06</b>	<b>(6.336.103,98)</b>	<b>4.412.557,08</b>	<b>5.511.028,87</b>	

## 7. Intangível

A composição do Intangível é a seguinte:

<b>Intangível</b>	<b>Custo (R\$)</b>	<b>Amortização R\$</b>	<b>Líquido 31/12/2018</b>	<b>Líquido 31/12/2017</b>	<b>Taxa Amortização</b>
<b>Software</b>	286.050,29	(216.734,77)	69.315,52	120.385,73	20%
<b>Totais</b>	<b>286.050,29</b>	<b>(216.734,77)</b>	<b>69.315,52</b>	<b>120.385,73</b>	

## 8. Encargos sociais, fiscais e trabalhistas a Recolher

Referem-se substancialmente a encargos e contribuições a recolher com os valores refletidos até a data do balanço.

### a) Encargos Sociais a Recolher

<b>Conta</b>	<b>2018 Valor R\$</b>	<b>2017 Valor R\$</b>
INSS a Recolher	82.818,64	62.584,06
FGTS a recolher	16.464,20	13.183,60
IRRF a recolher	32.156,01	27.878,65
IRRF Terceiros Autônomos a Recolher	397,47	484,20
INSS Retido de Terceiros PF a Recolher	1.760,00	6.200,00
IRRF - Alugueis e Royalties a Recolher	6.763,34	6.763,34
<b>Totais</b>	<b>140.359,66</b>	<b>117.093,85</b>

### b) Tributos a Recolher

<b>Conta</b>	<b>2018 Valor R\$</b>	<b>2017 Valor R\$</b>
PIS a Recolher	2.419,14	1.647,95
COFINS a Recolher	-	23,69
ISS Retido de Terceiros	-	225,78
PIS/Cofins/CSLL a Recolher	296,85	1.202,38
IRRF Serviços Prestados PJ	44,94	387,89
<b>Totais</b>	<b>2.760,93</b>	<b>3.487,69</b>

### c) Obrigações com Pessoal

<b>Conta</b>	<b>2018 Valor R\$</b>	<b>2017 Valor R\$</b>
Salários a Pagar	179.369,32	151.125,00
Estagiários a Pagar	7.027,50	-
Autônomos a Pagar	3.229,50	6.966,30
Provisão de Férias e Encargos	309.639,42	236.804,37
<b>Totais</b>	<b>499.265,74</b>	<b>394.895,67</b>

### 9. Contas a Pagar - LAP

Conta	2018 Valor R\$	2017 Valor R\$
Receita Aplicação Financeira Lei Piva	58.899,29	90.515,43
Treina. Campo MITTERS	-	263,43
World Master São Petersburgo	-	925,30
Manutenção Entidade (12/2017)	-	5.405,08
Manutenção Centro Treina. (12/2017)	-	1.888,91
Grand Prix de Judô Tunisia	-	2.316,45
Grand Prix + TC IJF Etapa I Fase I Dusseldorf	-	15.183,92
Manutenção Entidade (01/2018)	-	95.677,00
Manutenção Entidade 12/2018	27.287,04	-
Equipe Permanente 12/2018	42.873,58	-
Treina. Campo Internacional	222.094,50	-
World Master China	1.516,29	-
Grand Slam Paris	275.293,45	-
Grand Slam Dusseldorf	179.381,48	-
<b>Totais</b>	<b>807.345,63</b>	<b>212.175,52</b>

### 10. Receita Futura – Patrocinadores (Circulante)

Conta	2018 Valor R\$	2017 Valor R\$
Bradesco	10.444.749,64	8.620.043,32
Secretaria Executiva Comunicação -SP	260.854,26	313.226,00
Infraero Aditivo	-	47.943,64
Cielo S/A	2.155.469,49	1.526.468,09
Prefeitura Municipal de Contagem	20.345,16	21.258,25
<b>Totais</b>	<b>12.881.418,55</b>	<b>10.528.939,30</b>

### 11. Convênios e Incentivos a Pagar

Conta	2018 Valor R\$	2017 Valor R\$
Convênios – P.M. Lauro de Freitas	1.503.487,27	2.250.084,99
Lei de Incentivos – Diversos	5.591.229,32	4.703.653,78
<b>Totais</b>	<b>7.094.716,59</b>	<b>6.953.738,77</b>

### 12. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos correspondentes. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada operação.

### 13. Contas a Pagar – Lei de Incentivo/Convênios

São valores referentes à captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte, que ficam em contas bancárias específicas, sendo utilizados até o encerramento dos eventos para os quais foram liberados até as respectivas prestações de contas.

#### 14. Demonstração dos fluxos de caixa

O método de apresentação da DFC é o Método Indireto. Foi elaborado para o período de 2018 comparado ao exercício de 2017 com a finalidade de melhor informação. Não houve qualquer atividade de financiamento nos períodos apresentados.

#### 15. Patrimônio social

O Patrimônio social da Confederação é constituído com o Fundo Social e os resultados acumulados nos períodos, acrescido ou reduzido pelo resultado apurado com os valores inerente às atividades da Confederação ao término do exercício social.

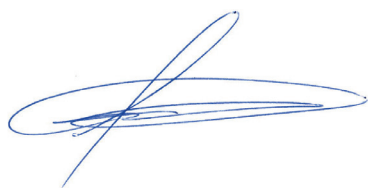
#### 16. Contas de Compensação

São valores referentes à captação de recursos através da Lei de Incentivo ao Esporte, que ficam em contas bancárias bloqueadas que são administradas pelo Ministério dos Esportes, sendo seus saldos aplicados financeiramente até a sua liberação à CBJ.

#### 17. Provisão para Contingências

Existem processos administrativos junto à Receita Federal do Brasil em andamento contra a Confederação. Os advogados responsáveis por estes processos apresentaram relação destas causas com seus valores imputados e com a avaliação da probabilidade de **perda possível na ordem de R\$ 2.266.405,27 para IRPJ, e de R\$ 825.859,18 de CSLL e de perda remota para a Cofins na ordem de R\$ 864.093,94.**

A Administração da Confederação, baseada na opinião dos seus Advogados Jurídicos, entende não haver necessidade de constituir provisão para estas ações.



Silvio Acácio Borges  
Presidente  
CPF: 379.849.779-68



Jose Luis Martin Oitaven  
Técnico em Contabilidade – CRC 36216-1 RJ  
CPF: 344.921.007-68



#### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

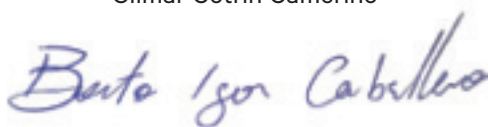
O Conselho Fiscal no exercício de suas funções legais e estatutárias, conforme previsto no Art. 42, Item III, do Estatuto da CBJ, e em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis da CBJ, devidamente acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Origem e Aplicação de recursos, as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2018. Apreciou, ainda, as Demonstrações do Fluxo de Caixa, apresentadas com informações adicionais sobre a Confederação e opinamos favorável a aprovação dos referidos demonstrativos Financeiros conforme apresentados.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

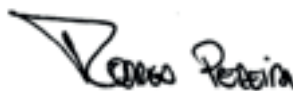
#### **MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**



Gilmar Cotrin Camerino



Berto Igor Caballero Cuellar



Rodrigo Pereira







PATROCINADOR MASTER



PATROCINADOR OFICIAL



FORNECEDOR OFICIAL



APOIO



PARCEIROS DE MÍDIA

